

Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos doze dias do mês de julho de dois mil e treze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 040/2010: Carlos Eduardo Castilho, Dirceu Sanches, Sirleide da Silva, Ireni Tereza Clarinda da Silva e Silvia Moraes Stefani Lima. Aberta a reunião os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o **Relatório sobre o Mercado Financeiro e Carteira de Investimentos, conforme processo IPMU/042/2013**. Sem dúvida nenhuma, **o mês de junho dificilmente será esquecido**, seja pela forte abertura das taxas de juros ao redor do mundo, decorrente da sinalização de que o Fed – Banco Central Americano poderá iniciar a redução dos estímulos monetários já no próximo semestre, seja pelos movimentos populares locais, sem uma “bandeira” específica, mas sinalizando um descontentamento com os serviços públicos adicionado pela fraqueza da economia, com deterioração inflacionária. Nos **Estados Unidos**, o último discurso de Bernanke (presidente do Fed - Banco Central Americano) reforçou a ideia de que a diminuição do ritmo dos estímulos está bem próxima, com provável término em meados do 1º semestre de 2014. Ainda que, do ponto de vista econômico, existam dúvidas para sustentar uma retomada consistente, a mera menção à retirada de estímulos monetários foi o bastante para trazer a taxa dos títulos de 10 anos acima dos 2,60%. O fato é que os investidores estão bastante sensíveis à possibilidade de retirada de estímulos e, na medida do possível, antecipam esse movimento. Os efeitos disso foram refletidos nas taxas e moedas dos países, tanto os desenvolvidos como os emergentes, em função de volumes expressivos de retirada de recursos aplicados em títulos de renda fixa. Na **Zona do Euro**, os indicadores recentes mostraram sinais de estabilização da situação econômica, embora ainda longe de um movimento firme e consistente. Na **China**, a sensível elevação das taxas interbancárias, que voltaram a patamares mais razoáveis após a intervenção do Banco Central, mostrou claramente que a alavancagem do sistema bancário preocupa as autoridades, que parecem ter mudado a forma de atuação de estímulo econômico, de mais qualidade e menos quantidade, ou seja, um processo de moderação do crescimento. No **Brasil**, o mês foi marcado pelas manifestações desencadeadas pelo aumento das tarifas dos transportes públicos. Os governos foram forçados a voltar atrás, contribuindo para o redução do IPCA no curto prazo. A



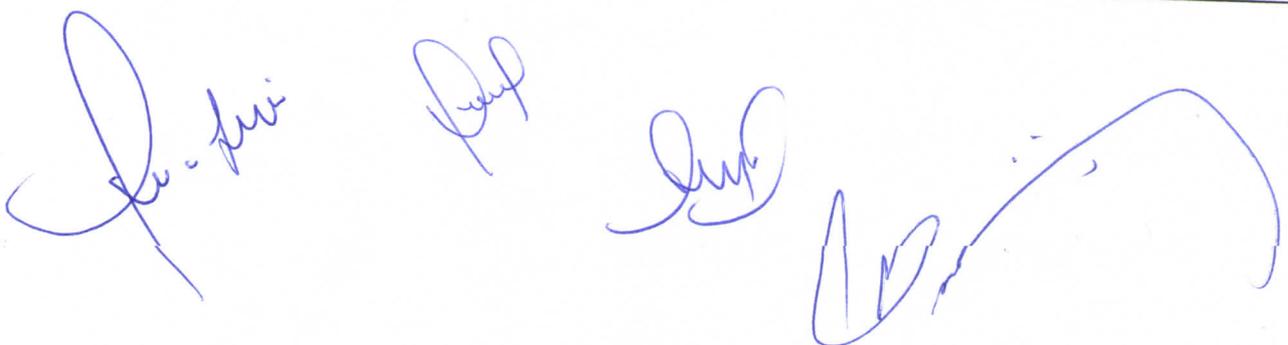
questão agora é sobre os futuros reajustes de tarifas que, se cancelados, podem comprometer o ambiente de investimentos. O mercado de juros, que foi bastante influenciado pela aversão a risco nos últimos meses, sofreu uma reversão de tendência, intensificada com o tom mais brando do último relatório de inflação. A atividade, por sua vez, mostra cada vez mais sinais de desgaste, com produção industrial, balança comercial e saldo em transações correntes em queda. O cenário econômico e político está bastante desafiador, seja no âmbito interno quanto externo. Do lado dos juros nominais, o último relatório de inflação reduziu a probabilidade de aceleração do ritmo de alta da Selic, que já estava sendo ameaçada pela lenta recuperação da atividade e pelos protestos nas ruas. Na quinta reunião do ano, o Copom - Comitê de Política Monetária confirmou as projeções de mercado, e decidiu por manter um aperto mais expressivo da política monetária em 0,50 ponto percentual, elevando a Taxa Básica de Juros - SELIC para 8,50% ao ano. Um ajuste mais forte era esperado pela maioria dos analistas, que manifestavam maior preocupação com a inflação, mesmo com a queda nas projeções de crescimento da economia. **Junho caracterizou-se como o mês que consolidou o pessimismo em relação à economia brasileira.** O consumo das famílias tem diminuído, por causa da inflação, levando as pessoas retirarem de seus orçamentos a aquisição de bens, deixando apenas o essencial, um movimento comum e que se repete continuamente diante de situações semelhantes. As manifestações populares recentes, com demandas por melhorias na qualidade dos serviços públicos, trouxe um custo enorme para a economia, fazendo com que o governo respondesse, impondo aos seus parceiros uma insegurança jurídica nos contratos de concessão, afetando as expectativas dos empresários e do consumidor. Nos **MERCADOS FINANCEIROS**, um semestre que começou com perspectivas positivas - tanto para o crescimento do lucro das empresas quanto para a inflação - termina de maneira totalmente diferente e com expectativas muito indefinidas. Na **RENDA VARIÁVEL**, a Bovespa fechou o semestre com o **pior desempenho semestral desde 2008**, registrando em junho sua maior desvalorização mensal desde maio de 2012: - 11,3%, com o índice fechando aos 47.457 pontos. No ano, a bolsa registra perdas de 22,1%. A saída líquida de recursos de **investidores estrangeiros** da Bolsa brasileira foi de **R\$ 4,07 bilhões** em junho, o maior desde os R\$ 4,17 bilhões de setembro de 2012. Este é o segundo mês consecutivo de saldo negativo de estrangeiros na bolsa. Em **maio**, a saída líquida havia sido de **R\$ 1,157 bilhão**. Os estrangeiros responderam por 43,8% do volume de negócios na Bovespa em junho, a maior participação entre os diversos tipos de investidores, o que



explica a queda do índice no mês. O **cenário global de maior aversão ao risco**, com incertezas sobre o futuro dos estímulos econômicos nos EUA e a deterioração das perspectivas em relação à economia doméstica contribuíram para a fuga de recursos. Com relação a **RENDA FIXA**, os fundos atrelados ao **IMA-B** foram marcados por um forte ajuste na curva de juros, com reflexo significativo sobre os preços dos títulos indexados à inflação, que se desvalorizaram ao longo do semestre. A disparada das taxas dos contratos futuros de juros negociados na BM&F no **turbulento e histórico mês de junho** provocou uma depreciação de 1,516% nas aplicações em títulos do Tesouro Nacional. O índice IMA-B total apresentou desvalorização de (-)2,79%, IMA-B 5 de (-)0,633% enquanto o IMAB 5+ se depreciou em (-)2,79%. Os títulos **prefixados – IRFM**, também mostraram uma elevada volatilidade, o índice IRF-M total apresentou desvalorização de (-)0,317%, IRF-M1 subiu 0,455%, enquanto o IRFM1+ se depreciou em (-) 1,6426%. Analisando o fechamento do mês, a **Carteira de Investimentos do IPMU** apresentou a seguinte performance: a-) desvalorização de R\$ 13.869.561,16 nas aplicações financeiras (R\$ 1.789.729,75 nos fundos de renda variável/ R\$ 8.694.446,10 nos fundos de renda fixa/ R\$ 3.385.685,31 nos títulos públicos); b-) saldo financeiro (R\$ 193.605.632,88) inferior a meta atuarial (R\$ 220.579.853,00). Para atingir a **meta atuarial em 2013** será necessário um **crescimento financeira** de aproximadamente **R\$ 41.000.000,00** entre os meses de julho à dezembro; c-) com exceção dos fundos de crédito privado (desenquadramento passível devido a desvalorização nos segmentos de renda variável e fixa), todos os demais fundos de investimentos estão enquadrados conforme Resolução do Ministério da Previdência Social CMN 3.922/2010, d-) enquadramento das aplicações financeiras conforme Política de Investimentos: carteira de títulos públicos, fundos de crédito privado e fundos 100% títulos públicos acima do percentual estabelecido, e-) rentabilidade dos fundos de investimentos comparado com a meta atuarial: carteira de títulos públicos (títulos 2015 e 2024 conseguiram superar a meta); fundos de ações (nenhum fundo superou a meta) e fundos de renda fixa (nenhum fundo superou a meta atuarial) e f-) aplicação por instituição financeira conforme Política de Investimentos e Resolução do Ministério da Previdência Social CMN 3.922/2010. Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos, passaram a analisar a visão dos 08 (oito) gestores de investimentos e dos analistas de mercado de **como lidar com a turbulência do mercado financeiro**. Para os **especialistas de mercado**, diante da perspectiva de um cenário turbulento, a **palavra de ordem continua sendo a cautela**, uma vez que as incertezas permanecem. No segmento de renda



fixa, a retomada da rentabilidade positiva reside numa baixa consistente dos juros dos títulos americanos, acompanhada por um forte declínio do dólar. Sem grandes pressões sobre a inflação decorrentes da depreciação do real, o que dispensaria o Banco Central de realizar um aperto monetário mais intenso, as NTN-Bs se valorizariam. Mas, para isso, os juros futuros teriam de parar de subir. **A prudência recomenda permanecer com uma carteira menos exposta a títulos de longo prazo.** O índice que gerou uma grande rentabilidade em 2012, deixando muitos gestores de Regimes Próprios de Previdência confiantes de sua gestão, por atingirem a meta atuarial na metade do ano, é o mesmo que tem feito muitos entrarem em pânico, com receio do que virá pela frente. A volatilidade é o risco que está embutido, em maior ou menor escala, em todos os investimentos existentes, passando dos mais conservadores aos mais arrojados. O IMA-B possui a característica de acompanhar a inflação, e por este motivo, sempre que o Banco Central decide combater, o preço do título se desvaloriza. Mesmo o preço do título se desvalorizando, é preciso lembrar que o compromisso do Instituto é de longo prazo. É muito importante que o gestor mantenha a calma, não tome decisões precipitadas, para não jogar fora todo um trabalho planejado. Neste momento, é de fundamental importância que o Instituto tome suas decisões com prudência, sem se deixar levar pelo imediatismo. Deve-se acompanhar os indicadores econômicos, para que se possa ter uma maior convicção sobre o melhor momento de retornar aos ativos mais longos. Em relação ao mercado acionário, somente uma retomada mais forte do investidor estrangeiro pode reverter de forma acelerada o mau humor do mercado. Na visão dos **8 (oito) gestores das Instituições Financeiras** onde o IPMU mantém aplicações: **1-) Itaú-Unibanco:** Em função dos fatores externos e internos, tivemos um movimento muito forte de abertura dos juros dos ativos indexados ao IMA-B. Normalmente, quando há um movimento muito forte em qualquer sentido, o mercado tende a se recuperar, pelo menos em boa parte, o que torna arriscada qualquer alteração de portfólios em momentos de alta volatilidade. O fato é que devemos nos conscientizar de que chegamos ao fim dos retornos extraordinários conquistados desde meados de 2009 que ocorreu com a convergência do juro real no Brasil. Em linhas gerais, sair agora será um momento ruim ("vender na baixa das cotas"). Dependendo do grau de desconforto do investidor, se for um horizonte de usufruto dos recursos em até cinco anos, há de se considerar um encurtamento de duration. Nesse sentido poderia alocar novos aportes de recursos ou até migrar parte dos recursos atuais para fundos de Renda Fixa tradicional, com prazo médio da carteira mais curto; **2-) SulAmérica Investimentos:**



Conforme análise da equipe de gestão, no cenário atual, o movimento de abertura das taxas de juros e queda das ações foi exagerado e acabou criando uma oportunidade de alocação para o médio e longo prazo. Com relação ao mercado de renda fixa, mais especificamente as NTN-Bs, podemos perceber uma distorção relevante entre o cupom da NTN-B com vencimento em 2050, a taxa SELIC e a taxa de juros dos Estados Unidos para 10 anos. O cupom da NTN-B chegou ao mesmo patamar (por volta de 5,80%) de quando a SELIC se encontrava em 12% e a taxa de juros americana estava entre 3% e 4%, o que nos parece muito além do razoável. Já para o mercado acionário, acreditamos que a aversão ao risco que ocorreu no mundo inteiro também criou distorções nos preços das ações de algumas excelentes empresas brasileiras, gerando também oportunidades de médio e longo prazo. Porém ainda recomendamos a não exposição aos fundos que possuem gestão passiva aos índices, principalmente o Ibovespa. Em resumo, achamos que há muito valor, tanto nos títulos que compõem o IMA-B, principalmente nos vencimentos mais longos, quanto em ações na bolsa, porém, a volatilidade do mercado e a incerteza em relação ao tamanho do movimento sugerem cautela e alocações graduais. Visto o cenário traçado, recomendamos a manutenção da posição atual do Instituto nos fundos da SulAmérica Investimentos, pois para nós, neste momento, há um risco muito grande em realizar o prejuízo ocorrido neste ano e perder a retomada dos juros e das ações; **3-) BNP Paribas:** Nossa visão estrutural é que as curvas de juros, tanto nominal quanto real, apresentam prêmio. No curto prazo, esperamos ainda muita volatilidade, principalmente pela incerteza sobre onde o câmbio irá se estabilizar e qual o impacto inflacionário gerado por esta desvalorização. O governo tenta passar uma mensagem de maior rigor fiscal, mas a desaceleração da economia e a proximidade das eleições tem gerado uma desconfiança dos investidores. No médio prazo, temos uma visão construtiva, porque acreditamos que a SELIC irá subir menos do que hoje está precificado na curva de juros futura. Os papéis estão com prêmio e em algum momento este prêmio deverá ser capturado com o fechamento das taxas. No longo prazo, acreditamos que o Brasil tem bons fundamentos, mas percebemos uma deterioração na margem. Acreditamos que as taxas de juros vistas no começo deste ano demorarão a ocorrer novamente. Com base nos cenários descritos, nossa recomendação para a carteira de renda fixa no momento é de uma alocação balanceada entre o IMA-B, o IMA-G e o IMAB-5. Essa carteira tem duration de 2,9 anos, e seria rebalanceada gradualmente com provável aumento desse duration, tendo em vista a melhora de cenário que



vislumbramos no médio e longo prazos. Além do Fundo BNP Paribas Inflação, benchmark IMA-B, temos também os fundos BNP Paribas IMAB5 e Spin (IMA G), assim como o Inflação, destaques em suas categorias. Por outro lado, caso haja espaço para o aumento das posições em Renda Variável, entendemos ser este um bom momento para uma nova alocação, tendo em vista a queda acentuada das ações nos últimos dias. Esta alocação seria balanceada entre os fundos BNP Paribas Dividendos e Small Caps; 4-) **Caixa Econômica Federal:** Analisando as expectativas para o curto prazo, acreditamos que o segundo semestre deverá ser menos turbulento do que o primeiro, mas ainda com volatilidade e instabilidade. As próximas reuniões do COPOM e os dados a serem divulgados, principalmente a inflação, serão fatores preponderantes para mostrar o caminho que será seguido e, conseqüentemente, acalmar um pouco os ânimos do mercado. Apesar de ainda esperar volatilidade até o final de 2013, sugerimos manter a posição em fundos atrelados ao índice IMA-B, pois sair nesse momento seria realizar o prejuízo e, em contrapartida, não encontrar um investimento que recupere tal baixa. Já para recursos novos, nossa sugestão é a alocação em DI (pós-fixados) a fim de aguardar uma clareza maior do mercado. Nesse contexto, e considerando os limites legais de aplicação, o mercado de renda variável torna-se uma opção para os RPPS, através dos fundos de ações. Apesar de uma maior volatilidade no curto prazo, esses investimentos possuem uma tendência de valorização maior que a renda fixa tradicional no longo prazo. Destacamos o CAIXA FIA BRASIL ETF IBOVESPA, um fundo que seguirá o índice Ibovespa. Ao adquirir cotas do ETF, adquire-se indiretamente todas as ações componentes do índice Ibovespa, com uma maior eficiência nos custos, visto que não há necessidade de comprar separadamente os papéis de cada empresa; 5-) **Bradesco:** A BRAM – BRADESCO ASSET MANGEMENT, possui expectativas de continuidade da volatilidade no mercado financeiro no curto prazo. A curva longa de juros subiu com as incertezas na economia brasileira, tanto pelo lado fiscal como pelo lado político. Expectativas de redução de estímulos monetários nos Estados Unidos, também influenciaram de forma negativa, levando os Investidores Globais desmontarem posições aqui no Brasil em busca dos juros dos títulos que chegaram a 2,60%. Diante do posicionamento de inflação, câmbio e incertezas apresentadas na economia brasileira, a BRAM revisou as expectativas para DEZ/2013: Taxa Selic de 8,75 para 10%, PIB 2,3%, IPCA 6,15%, Dólar R\$ 2,30, Superávit Primário 1,5% do PIB. Observa-se que a Carteira do Instituto está concentrada no Fi Renda Fixa IMA – B, que possui na composição aproximadamente 85% em NTN-B. O fato que levou o fundo a performar

cota negativa foi a "Marcação a Mercado", e estes movimentos de volatilidade poderão continuar (curva futura de juros sobe, a cota do fundo cai, curva futura de juros cai, a cota do fundo sobe), uma vez que os movimentos são inversamente proporcionais para efeito da marcação nos cupons de juros que impactam no preço dos títulos e conseqüentemente nas cotas. Caso o direcionamento do Instituto seja para defesa da carteira, sugerimos o Fundo Premium DI ou o IRF - M1. Já para o médio e longo prazo, acreditamos que exista possibilidade de recuperação da performance dos Fundos IMA -B, portanto talvez seria interessante a manutenção de parte dos recursos no IMA -B, porém não é possível garantirmos cenário para recuperação; **6-) HSBC:** na RENDA VARIÁVEL, deve-se sair de um fundo passivo Ibovespa para um fundo de *multiestrategia com baixa correlação* com o Ibovespa pois temos no Ibovespa um grande peso de setores como Petróleo. Na Renda Fixa a *alocação do Instituto* esta em um fundo IMA-B ativo. Todos fundos IMA estão *sofrendo muito*, mas aqui temos duas situações distintas: a primeira é a própria legislação que rege os investimentos dos RPPS que os obriga a ter 70% em fundos Ima ou seus sub-índices e outro ponto esta na forte correção dos ativos atrelados a inflação que reprecificou as taxas de juros de forma a causar retornos negativos, mas vale destacar que a reprecificação foi tão forte que muitas das taxas já embutem altas da taxa básica de juros acima das projeções, sendo assim, agora o ideal e manter as posições investidas e os novos recursos devem ser direcionados para fundos de liquidez (DI) até que possa ter melhor clareza sobre os rumos da nossa taxa de juros básicas; **7-) Santander:** Acreditamos que a diversificação continua sendo fundamental para os RPPS. A resolução 3.922/10 determina que a maioria dos ativos sejam aplicados em títulos atrelados a inflação, justamente porque esses títulos proporcionam a longo prazo, o casamento entre as obrigações e os ativos do RPPS. No caso dos fundos IMA, as oscilações decorrem dos movimentos das taxas de juros nos mercados futuros. Dado que os RPPS aplicam em fundos que são todos os dias marcados a mercado, não tem como evitar tais movimentos. Acreditamos que enfrentaremos tais incertezas durante todo o ano de 2013. "Até meados de 2012 o Brasil vinha surfando em uma onda de dinheiro fácil, liquidez abundante e preços das commodities extremamente elevados *dado que a recuperação da crise econômica de 2008 se fazia muito mais vigorosa do que antes imaginado e a China por sua vez não demonstrava nenhuma fragilidade no ímpeto de seu crescimento.* Porém, durante todos estes anos o crescimento econômico brasileiro se consolidou sem investimentos em infraestrutura e melhorias na capacidade de crescimento da oferta de bens e serviços. Enquanto



todos acreditavam que o crescimento potencial de nossa economia rondava os 4%, em 2012 apresentamos um crescimento de 0,9% com uma inflação próxima a 6%, fazendo com que o sinal amarelo fosse aceso. Aliado a esta deterioração das expectativas com relação ao Brasil, os EUA começa a demonstrar este ano que o pior pode ter ficado para traz ao apresentar sinais de melhora dos dados de atividade e emprego. Com isso, a perspectiva de retirada dos estímulos da economia norte americana, traz um impacto negativo na liquidez dos países emergentes. Com relação aos investimentos do IPMU aplicados nos fundos Santander, segue nossa recomendação:

IMA-B: manutenção dado que os títulos que compõem a carteira do fundo apresentam vencimentos de longos, médios e curtos prazos. No momento da "volta" dos juros, caso o cotista tenha resgatado os recursos, não terá como recuperar as perdas auferidas dos últimos meses,

IMA-B5: manutenção, dado que a carteira do fundo é composta por títulos com vencimento de até 5 anos, apresenta menor volatilidade, **IRFM 1+:** readequação dado que o fundo é composto por títulos Pré fixados e o cenário atualmente de aumento de taxa de juros. Recomendamos aplicação do recurso em fundos DI (Santander Corporate DI) ou IRFM1 (Santander IRFM1), **Infraestrutura e Small Cap:** Manutenção pois são fundos compostos por ações ligados a economia brasileira. Para os novos recursos aplicados pelo IPMU, recomendamos aplicações em fundos DI e/ou IRFM1 até que o cenário de incertezas torne-se mais claro e 8-) **Banco do Brasil:** O Ima-B não deve ter recuperação até o final de ano, logo o interessante é defender a carteira com as aplicações MENOS voláteis como o IRF-M, o Perfil ou o IDKA2. Dando sequência à pauta, os membros do Comitê de Investimentos, levando em consideração o CENÁRIO FINANCEIRO atual e as PERSPECTIVAS ECONÔMICAS no CURTO PRAZO, decidiram aplicar o **repasse da contribuição previdenciária da Prefeitura Municipal de Ubatuba**, no valor de **R\$ 830.000,00**, que será disponibilizado no dia 16/07/2013, no fundo Santander FIC IRFM 1 Títulos Públicos Renda Fixa, para ser utilizado na folha de pagamento dos APOSENTADOS e PENSIONISTAS. A escolha do fundo tem como justificativa a aplicação em um fundo com menor volatilidade, até que o cenário de incertezas torne-se mais claro. Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos decidiram manter, por unanimidade, as demais aplicações financeiras e a Política de Investimentos. Para finalizar a reunião, a Presidente Sirleide, informa aos membros do Comitê de Licitações, que o Vice-Prefeito municipal, Sr. Sérgio Caribé Santos, esteve no Instituto de Previdência, solicitando que o Instituto de Previdência agendasse reunião com todas as Instituições Financeiras onde se mantem aplicações financeiras,



todos acreditavam que o crescimento potencial de nossa economia rondava os 4%, em 2012 apresentamos um crescimento de 0,9% com uma inflação próxima a 6%, fazendo com que o sinal amarelo fosse aceso. Aliado a esta deterioração das expectativas com relação ao Brasil, os EUA começa a demonstrar este ano que o pior pode ter ficado para traz ao apresentar sinais de melhora dos dados de atividade e emprego. Com isso, a perspectiva de retirada dos estímulos da economia norte americana, traz um impacto negativo na liquidez dos países emergentes. Com relação aos investimentos do IPMU aplicados nos fundos Santander, segue nossa recomendação:

IMA-B: manutenção dado que os títulos que compõem a carteira do fundo apresentam vencimentos de longos, médios e curtos prazos. No momento da "volta" dos juros, caso o cotista tenha resgatado os recursos, não terá como recuperar as perdas auferidas dos últimos meses,

IMA-B5: manutenção, dado que a carteira do fundo é composta por títulos com vencimento de até 5 anos, apresenta menor volatilidade, **IRFM 1+:** readequação dado que o fundo é composto por títulos Pré fixados e o cenário atualmente de aumento de taxa de juros. Recomendamos aplicação do recurso em fundos DI (Santander Corporate DI) ou IRFM1 (Santander IRFM1), **Infraestrutura e Small Cap:** Manutenção pois são fundos compostos por ações ligados a economia brasileira. Para os novos recursos aplicados pelo IPMU, recomendamos aplicações em fundos DI e/ou IRFM1 até que o cenário de incertezas torne-se mais claro e 8-) **Banco do Brasil:** O Ima-B não deve ter recuperação até o final de ano, logo o interessante é defender a carteira com as aplicações menos voláteis como o IRF-M, o Perfil ou o IDKA2. Dando sequência à pauta, os membros do Comitê de Investimentos, levando em consideração o CENÁRIO FINANCEIRO atual e as PERSPECTIVAS ECONÔMICAS no CURTO PRAZO, decidiram aplicar o **repasse da contribuição previdenciária da Prefeitura Municipal de Ubatuba**, no valor de **R\$ 830.000,00**, que será disponibilizado no dia 16/07/2013, no fundo Santander FIC IRFM 1 Títulos Públicos Renda Fixa, para ser utilizado na folha de pagamento dos APOSENTADOS e PENSIONISTAS. A escolha do fundo tem como justificativa a aplicação em um fundo com menor volatilidade, até que o cenário de incertezas torne-se mais claro. Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos decidiram manter, por unanimidade as demais aplicações financeiras e a Política de Investimentos. Para finalizar a reunião, a Presidente Sirleide, informa aos membros do Comitê de Licitações, que o Vice-Prefeito municipal, Sr. Sérgio Caribé Santos, esteve no Instituto de Previdência, solicitando que o Instituto de Previdência agendasse reunião com todas as Instituições Financeiras onde se mantem aplicações financeiras,



com a finalidade de buscar recursos para o município, através de patrocínios. De acordo com o Sr. Sérgio Caribé, iriam participar da reunião com os gestores financeiros, o Sr. Maurício Humberto Fornari Moromizato, Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e a Presidente do Instituto de Previdência. Como justificativa para a solicitação, o Sr. Sérgio Caribé argumenta que o Instituto de Previdência tem muito dinheiro aplicado no mercado financeiro e que por consequência, as instituições financeiras deveriam e teriam que contribuir financeiramente com a Prefeitura, pois, para ele, até o presente momento, o IPMU não contribuiu em melhoria para o município (construção de praças, reforma de creches, cursos para os funcionários), considerando o grande volume de recursos que tem aplicado e que este tipo de patrocínio é comum para as grandes instituições financeiras. Na reunião também argumentou que o Instituto de Previdência está perdendo oportunidade em aplicar nos fundos de investimentos sugerido por ele no início do ano, que tem como gestor a Riviera Investimentos. Como resposta às solicitações do Sr. Sérgio Caribé, a Presidente Sirleide informou que iria analisar e que estaria dando o retorno em outro momento. A primeira providência tomada pela Presidente foi agendar para o dia 18 de julho de 2013, reunião com o **Prefeito Municipal** e com os Membros do Comitê de Investimentos, para esclarecer e informar as regras das Aplicações Financeiras que devem ser seguidas pelos Regimes Próprios de Previdência, conforme determinação do Ministério da Previdência Municipal e que o Instituto de Previdência Municipal não pode solicitar patrocínio destinado à municipalidade, utilizando como argumento o volume aplicado nas instituições financeiras. A segunda providência a ser tomada é informar aos membros do Conselho de Administração sobre a solicitação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

